



A IDENTIFICAÇÃO DOS SISTEMAS DE ESPAÇOS LIVRES NO NÚCLEO HISTÓRICO URBANO EM MARIANA-MG

D'ANGELO, Raphael Queiroz (1); PEREIRA COSTA, Staël de Alvarenga (2);

(1) Universidade Federal de Minas Gerais; Mestrando; Belo Horizonte, Minas Gerais;

arquiteturadangelo@gmail.com

(2) Universidade Federal de Minas Gerais; Professora Doutora; Belo Horizonte, Minas Gerais;

staelalvarenga@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de apresentar a investigação sobre o papel dos sistemas de espaços livres existentes no núcleo urbano histórico da cidade de Mariana, em Minas Gerais. Para o desenvolvimento desta investigação, iniciam-se esforços em visitas técnicas a campo, pesquisas em arquivos fotográficos e arquivos públicos municipais. Um dos maiores desafios que se apresentam para esta pesquisa se refere aos mapas urbanos e suas informações técnicas atuais, pois a elaboração do Plano Diretor Municipal data apenas de 2003, além de uma breve revisão de seus parâmetros construtivos para imóveis em 2014. No decorrer desta pesquisa, os espaços livres do núcleo urbano histórico foram identificados de maneira integral, possibilitando assim a descoberta da existência de conexões e ausências relações entre eles. Foi observado que as ações de controle ambiental existem e são tomadas pelos órgãos públicos competentes (IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Prefeitura Municipal), procurando compatibilizar o adensamento populacional, bem como seus valores históricos artísticos e de identidade arquitetônica à inserção de novos ou a manutenção dos espaços livres. Espera-se que esta investigação contribua para posteriores estudos em relação à evolução do desenho urbano do município, uma vez que a frágil legislação de proteção do núcleo urbano histórico e a consideração de ações de manutenção e requalificação destes espaços necessitam de uma regulamentação mais criteriosa e atenta.

Palavras-chave: Sistema de Espaços Livres; Núcleo Urbano Histórico; Praça; Mariana.

ABSTRACT

This article aims to present research on the role of existing free space systems in the historic urban core of the city of Mariana, in Minas Gerais. To develop this research, start-up efforts in technical field visits, research in photographic archives and municipal archives. One of the biggest challenges ahead



XI COLÓQUIO QUAPA SEL – QUADRO DO PAISAGISMO NO BRASIL
SALVADOR – BAHIA - UFBA



for this research refers to urban maps and their current technical information for the preparation of the Master Plan Municipal dates only from 2003, and a brief review of its constructive parameters for properties in 2014. During this research, the free spaces of the historic urban core have been identified in a comprehensive manner, thus enabling the discovery of the existence of connections and relationships between them absences. It was observed that the environmental control measures exist and are taken by public agencies (IPHAN - Historical and Artistic Heritage Institute National and City Hall), seeking to reconcile the population density as well as its artistic historical values and architectural identity to the insertion new or maintenance of open spaces. It is hoped that this research will help to further studies related to the evolution of urban design of the city, since the fragile historic urban core protection legislation and consideration of maintenance actions and rehabilitation of these areas require a more careful and attentive regulation.

Keywords: Free Spaces System; Historical urban center; Square; Mariana.

1 INTRODUÇÃO

O artigo tem como objetivo apresentar uma análise dos Sistemas de Espaços Livres existentes no núcleo histórico urbano da cidade de Mariana (MG). A cidade de se localiza na porção oriental da Serra do Espinhaço, a 110 km da capital Belo Horizonte, na região conhecida como quadrilátero ferrífero e se insere geograficamente às margens do Rio do Carmo. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015), sua população atual é estimada em 58.802 habitantes, com cerca de 50% localizados no município e 50% localizados nos centros urbanos dos distritos. A sua área total tem 1.194,208 km² e é praticamente remanescente do Bioma Mata Atlântica. O clima do município é classificado como Tropical de Altitude e sua extensão topográfica é marcada por relevos ondulados, porém existe a presença de alguns planaltos. Observa-se que o município apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) relativamente elevado (0,742 – IBGE 2010).



XI COLÓQUIO QUAPA SEL – QUADRO DO PAISAGISMO NO BRASIL
SALVADOR – BAHIA - UFBA



Figura 0 - Mapa de localização do município de Mariana dentro do Estado de Minas Gerais. Fonte: IBGE / Ano: 2015.

Trata-se também em apresentar os procedimentos metodológicos para aferir a sua eficácia na investigação do papel dos espaços livres do perímetro histórico tombado da cidade de Mariana, bem como suas características e suas semelhanças estruturais, dentre elas, conexões existentes e suas as formas de uso e ocupação.

Este estudo irá contribuir para uma melhor compreensão da estrutura da paisagem urbana do núcleo histórico da cidade. Portanto vincula-se ao eixo temático 1, tema “SEL e padrões morfológicos – espaços livres, espaços edificados, espaços públicos, espaços privados”. Este artigo deriva-se de proposições da dissertação desenvolvida atualmente no primeiro semestre do Programa de Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável – MACPS da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, com projeto intitulado “O processo de constituição urbana de Mariana/MG: uma proposta de contribuição através de pressupostos relativos aos estudos da Morfologia Urbana”. Trata-se de uma investigação de caráter inicial, porém que já apresenta resultados instigantes. Segue abaixo a figura 02, que mostra a imagem aérea de todo o território urbano da cidade de Mariana, além da localização da poligonal de tombamento imposta pelo IPHAN, inserida nessa configuração urbana contemporânea.



XI COLÓQUIO QUAPA SEL – QUADRO DO PAISAGISMO NO BRASIL
SALVADOR – BAHIA - UFBA



Figura 02 - Imagem de aérea gerada por satélite da cidade de Mariana. Em destaque o perímetro de tombamento do IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional conforme Decreto Lei nº25, de 1937. Fonte: Google Earth e editada pelos autores / Ano: 2016

PEREIRA COSTA *et al* (2009), afirma que o sistema de espaços livres urbanos, seja de âmbito público, seja privado, gerado formal ou informalmente, possui uma identidade própria, síntese das condições ambientais urbanas. Ainda segundo PEREIRA COSTA *et al* (2009), os espaços livres públicos e privados, permeáveis e impermeáveis abrigam os movimentos e as paradas de coisas e pessoas. Têm como finalidade a sustentabilidade biofísica e social dessas atividades. São lugares onde todos podem passar e neles permanecer, andar e contemplar e oferecem a sensação do bem-estar individual e coletivo, podendo até transformar a cidade. As grandes massas vegetais e a fauna autóctone, os elementos físicos como as montanhas, lagos, rios, e o clima, são considerados espaços originais do lugar e permeáveis. Os espaços livres e impermeáveis são os destinados à mobilidade de pessoas e veículos como as ruas, avenidas, passagens, os quais, com os demais, criam volumetrias, cores e texturas responsáveis pela personalidade da cidade.

No entanto, poucas são as cidades brasileiras com estruturas administrativas e participação pública organizadas para este assunto e, quando é o caso, são raros os recursos e investimentos para o seu planejamento, implantação, políticas de gestão e manutenção (PEREIRA COSTA *et al*, 2009). Neste sentido, se observa que o processo de desenvolvimento das cidades está relacionado às



XI COLÓQUIO QUAPA SEL – QUADRO DO PAISAGISMO NO BRASIL
SALVADOR – BAHIA - UFBA



mudanças ocorridas nas atividades econômicas, sociais, tecnológicas, políticas, assim como nas características culturais (SALGADO, 2013, p. 15). Para o autor, observa-se que a identificação do crescimento desordenado, chamado por muitos de “informal”, também tem um papel importante no produto final dessa mesma paisagem urbana.

Portanto, faz-se necessário pensar nos espaços livres públicos e privados das cidades como parte do espaço urbano construído e produto de fatos sociais e dinâmicos. Dessa forma, o espaço urbano não deve ser objeto apenas de estudos da arquitetura e do urbanismo porque está relacionado ao desenho urbano. Cabe, então, uma investigação multidisciplinar: geógrafos, sociólogos, paisagistas, historiadores dentre outros. Para Silva *et al* (2015), a área de estudo pode ser considerada uma abstração do espaço da cidade, servindo para definir um determinado fenômeno; de um lado, é um método de trabalho; de outro, um elemento qualitativo da cidade. Pode ser compreendido, de certa maneira, do ponto de vista de intervenção, em que se deve operar sobre um pedaço de cidade, bem como a partir do entendimento de que a cidade não é uma criação que possa ser reduzida a uma idéia básica; a cidade é a soma de muitas partes, bairros e distritos diferentes em suas características sociais e formais. No caso de Mariana, mesmo com existência de grande parte de seu território urbano contemporâneo, faz-se necessário contextualizar sobre seu histórico de ocupação a partir do século XVIII, uma vez que pelo o objeto de estudo se localiza em um território considerado como um sítio colonial português.

2 SINOPSE HISTÓRICA

O primeiramente Arraial do Carmo se originou em 1696 às margens do Ribeirão do Carmo, porém passou a se adensar dia após dia. Uma multidão de vários pontos do Brasil e de Portugal foi atraída para a exploração das mais importantes jazidas auríferas de Minas. Durante essa atividade econômica, que perdurou por mais de um século, surgiram numerosas localidades mineiras¹.

Em 1711, o Arraial foi elevado à categoria de Vila. Em 1745, foi a primeira localidade da capitania a receber foros de cidade, batizada com o nome de Mariana². Em 1745, quando Mariana já havia sido elevada à condição de sede episcopal, as constantes inundações do Ribeirão do Carmo

¹A historiografia sobre o dinamismo econômico em torno da extração aurífera na Capitania de Minas no setecentos é vastíssima e, apesar de não fazer parte dos nossos eixos principais de investigação, cabe aqui citarmos alguns trabalhos que traduzem as contribuições mais instigantes para o tema: CARRARA (2007), BOXER (2000), FRAGOSO (1998) entre incontáveis outros.

²Mais informações em BOVO (1976, p. 105): “(...) pela carta régia de 23 de abril de 1745, foi a aludida Vila elevada à categoria de Cidade, recebendo, em caráter definitivo, o nome sugestivo de Mariana, para homenagear Dona Maria da Áustria, consorte de D. João V, Rei de Portugal.”



XI COLÓQUIO QUAPA SEL – QUADRO DO PAISAGISMO NO BRASIL
SALVADOR – BAHIA - UFBA



passaram a se tornar um problema para a região às suas margens. Dom João V enviou ao governo da capitania duas ordens, em 1745 e 1746, que orientavam a elaboração de um plano urbano que se consolidava no estabelecimento da cidade num local mais alto, livre dos problemas relativos às enchentes. A troca de cartas revela indicações curiosas, como a necessidade de construção de uma praça espaçosa e ruas direitas largas (a praça espaçosa citada neste caso é denominada como Praça Minas Gerais, e popularmente conhecida como Praça da Câmara). Mariana é a primeira cidade “planejada” do Brasil, a partir da elaboração de uma planta (Figura 03) contendo o plano urbano ortogonal desenvolvido pelo engenheiro militar português José Fernando Pinto Alpoim³.



Figura 03 - Planta da cidade de Mariana. José F. Pinto Alpoim. O traçado indicado na planta não corresponde de maneira fiel ao que foi executado, sendo que algumas travessas foram abertas (e os terrenos aforados) após 1752. Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro. Ano: Atribuído ao ano de 1745.

Quase dois séculos depois, em 1938, Mariana fez parte do conjunto dos primeiros municípios brasileiros a serem objeto de políticas públicas de preservação por meio do tombamento de bens isolados, regulamentado pelo Decreto-Lei nº 25, de 1937. Em 1945⁴, o seu núcleo urbano histórico foi declarado Monumento Nacional. Porém, é preciso salientar que, na época, não houve uma

³Destacamos a valorosa contribuição da pesquisadora Cláudia Damasceno Fonseca no entendimento da formação urbana setecentista de Mariana. Fonseca possui uma série de estudos que relacionam as questões fundiárias e a constituição das redes e hierarquia urbanas. Entre artigos e livros publicados, apontamos principalmente sua dissertação de mestrado em geografia urbana, defendida em 1995 pela UFMG, com o título “*Mariana: gênese e transformação de uma paisagem cultural*”. Damasceno tece considerações para além da fama marianense de primeira cidade planejada, demonstrando como, na verdade, a ocupação não se deu de forma ordenada, levando em conta as diferentes configurações espaciais e as relações entre as variadas instâncias de poder.

⁴Decreto-Lei nº 7.713, de 6 de julho de 1945.



XI COLÓQUIO QUAPA SEL – QUADRO DO PAISAGISMO NO BRASIL
SALVADOR – BAHIA - UFBA



especificação clara do perímetro de tombamento e presume-se que a obra de Pohl, atribuída ao ano de 1832, ilustre de maneira razoável como era a conformação urbana daquela área no início do século XIX (figura 04).



Figura 04 - Vista de Mariana em aquarela. Percebe-se já a implantação de seu núcleo urbano com traçado ortogonal, ao fundo, e afastada ao sul do Rio do Carmo, este, que está em primeiro plano. Ilustração da obra Viagem ao interior do Brasil. Fonte: Thomas Ender, segundo esboço de Johann Emmanuel Pohl / Ano: 1832.

Por muitos anos, desde a publicação do Decreto-Lei, a população e até mesmo os órgãos de proteção, entendiam que a porção de casarões que localizava acima da margem sul do Rio do Carmo fazia parte do núcleo urbano histórico e a outra porção de edificações que se localizavam depois da margem norte não fazia parte do núcleo urbano histórico. Seria uma espécie de compreensão popular, quase que unânime, de existência de um perímetro completamente imóvel e isolado, que deve ser conservado e protegido, em detrimento ao livre uso e ocupação da porção localizada em seu entorno imediato e suas bordas. Portanto, se o espaço urbano correspondia, em 1938, a grande parte do que o poder público caracterizava como seu objeto de tombamento, a posterior expansão localizada em suas bordas históricas e do restante da cidade se deu alheio a uma regulamentação mais atenta, conforme figuras. Observa-se que a elaboração do primeiro Plano Diretor Municipal da cidade ocorreu apenas em 2003 e a disponibilização pública do mapa da poligonal de tombamento apenas no ano de 2009, segundo a Portaria nº 66 do IPHAN, que delimitava os seus limites⁵ através dos nomes das ruas existentes nas extremidades no núcleo urbano histórico.

Para este estudo, é necessário levar em conta que as ações de controle ambiental são tomadas pelos órgãos públicos competentes (IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Prefeitura Municipal), procurando compatibilizar o adensamento populacional, bem como seus valores históricos artísticos e de identidade arquitetônica à inserção de novos ou a manutenção

⁵Uma cópia deste mapa está disponível para consulta na Prefeitura Municipal de Mariana.



dos espaços livres. Entretanto, por se tratar da ordem de esferas públicas, federal e municipal, em muitos casos não há um agente que faz o papel de interlocução destes setores no que diz respeito às prioridades e estratégias de preservação ou até mesmo de criação de novos espaços livres e muito menos de uma base cartográfica atualizada do perímetro de estudo deste artigo. Com isso, serão estudados os tipos existentes nos espaços livres: tipos, distribuição, apropriação, conexões entre eles e por fim, a dinâmica de produção do espaço.

3 O SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES NO DESENHO URBANO: AS CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

A pesquisa sobre as relações existentes entre o sistema de espaços livres e o desenho urbano do núcleo histórico de Mariana iniciou-se com a identificação dos marcos históricos da conformação espacial da cidade e que resultaram na sua configuração atual. São eles:

- 1696 – 1711: o núcleo urbano se originou às margens do Rio do Carmo, na cota de nível mais baixa da região.
- 1711 – 1745: o então Arraial do Carmo foi elevado à condição de Vila do Carmo, passou a receber os foros de cidade e se tornou sede episcopal do estado de Minas Gerais.
- 1745 – 1938: elaboração do novo plano urbano da ocupação em cotas de nível mais altas contendo uma praça espaçosa e, conseqüentemente, sua distribuição em um novo local.
- 1938 – 1945: inserção de seu núcleo urbano histórico como algo tombado a nível federal a ser protegido, segundo decreto lei nº 25/37, além de ser declarado também Monumento Nacional.
- 1945 – 2009: elaboração e publicação do primeiro Plano Diretor Municipal de Mariana, em 2004, e disponibilização pública do mapa da poligonal de tombamento, segundo a Portaria nº 66 do IPHAN, que delimita através dos nomes das ruas os seus limites, em 2009.
- 2009 aos dias atuais: investigação da situação dos parcelamentos atuais, observando se seus espaços livres apresentam-se resguardados pela legislação urbana, ou se encontram projetados de modo fragmentado e predominantemente não qualificados, situação que dificulta seu devido uso e apropriação pública.

XI COLÓQUIO QUAPA SEL – QUADRO DO PAISAGISMO NO BRASIL
SALVADOR – BAHIA - UFBA



Após a identificação dos períodos históricos, foi necessário investigar o plano urbano originalmente proposto por Alpoim em 1945 e comparar com o plano urbano em vigor, observando as características da hierarquia de seu traçado ortogonal, e em alguns momentos, valendo-se da desconsideração por parte do engenheiro da sua topografia original para sua implantação no sítio. Durante essa etapa da pesquisa, foi verificado que o plano urbano inicial de 1745 não corresponde de maneira fiel ao que foi executado, sendo que algumas travessas foram abertas (e os terrenos aforados) após 1752.

Segundo FONSECA (1998, p.43), a proposta de implantação de traçados em xadrez, levada a cabo pelos engenheiros militares portugueses, fazia parte de uma política urbanizadora mais agressiva, visando controlar mais diretamente não somente as cidades reais e sedes das capitanias, mas todas as aglomerações, em todos os níveis e regiões, a fim de conter a dispersão da população. Com isso, Fonseca lança mão de documentação cartográfica para construção de suas assertivas e também através de exposições de projetos do engenheiro militar José Fernandes Pinto Alpoim. A autora afirma que Mariana é expressão dessa tentativa de controle da Colônia feita pela Coroa portuguesa através da imposição de traçados retilíneos, característica também pontuada por BORSOI (2010). É instigante compreender a relação entre os valores e princípios da elaboração do plano urbano da cidade em 1945 e seus sistemas de espaços livres propostos e dos atuais (Figura 05).



Figura 05 - Imagem do núcleo urbano tombado de Mariana onde é possível observar a implantação de seu traçado ortogonal e alguns dos espaços livres investigados. Fonte: arquivo pessoal dos autores / Ano: 2016



Após a pesquisa em relação ao contexto em que se deu a conformação do núcleo urbano histórico da cidade, a investigação dos sistemas de espaços livres desta região foi estruturada em três eixos: 1) Identificação dos espaços livres de uso público existentes. Para esta etapa, foram organizadas visitas técnicas a campo, com o auxílio de imagens por satélite e da base cartográfica referente ao Plano Diretor. 2) Caracterização dos espaços livres de uso público. Nesta etapa, buscou-se a compreensão da função de cada espaço propriamente dito. 3) Análise da presença ou ausência de conexões entre cada espaço.

4 RESULTADOS E ANÁLISES

A leitura técnica deste sistema baseou-se na identificação de elementos morfológicos e físico-espaciais. Com isso, foi possível elaborar um mapa chave em que foi apontado a localização de doze praças, três cemitérios, um parque, um campo de futebol e os cursos d'água existentes (Figura 06).

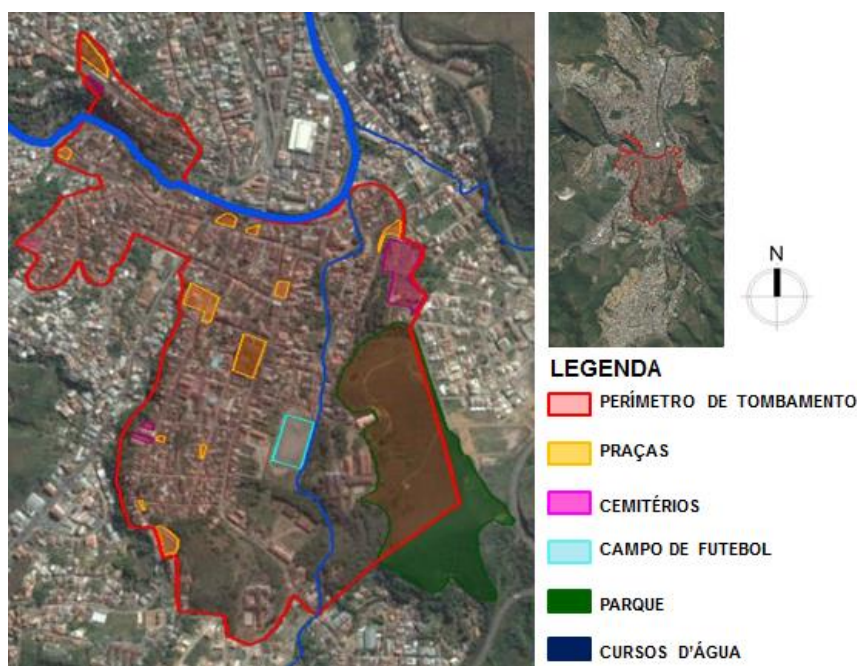


Figura 06 – Mapa-chave do núcleo histórico urbano de Mariana, onde é possível observar a implantação de seu traçado ortogonal, os espaços livres investigados e os cursos d'água. Fonte: Google Earth, editado pelos autores / Ano: 2016

Das doze praças observadas, três chamam a atenção por estarem assentadas no terreno de maneira semelhante ao plano urbano proposto por Alpoim em 1745 e também por possuírem consideráveis inter-relações entre si, além de terem um forte apelo turístico por seus usuários que o

XI COLÓQUIO QUAPA SEL – QUADRO DO PAISAGISMO NO BRASIL
SALVADOR – BAHIA - UFBA



autor classifica como uma espécie de roteiro obrigatório a ser seguido por quem está em apenas uma delas: é o caso das praças Minas Gerais (1), Gomes Freire (2) e da Sé (3) (Figura 07).



Figura 07 - Imagem aérea por satélite dos sistemas de espaços livres investigados nesta etapa, sendo: 1) Praça Minas Gerais; 2) Praça Gomes Freire; 3) Praça da Sé. Em detalhe também os eixos viários que fazem o papel de conexão entre as praças. Fonte: Google Earth, editado pelos autores / Ano: 2016

A presença dessas conexões são acentuadas pelo acesso que essas praças tem em comum: Rua Dom Silvério (A), Rua Direita (B), Rua Frei Durão (C) e Travessa São Francisco (D); pelo uso público comum; e pelo fato de estarem assentadas nas bordas de uma quadra com elementos arquitetônicos consideráveis, como as Igrejas de São Francisco de Assis, Nossa Senhora do Carmo e Casa de Câmara e Cadeia, além dos casarões da Rua Direita e da Matriz da Sé (Figura 08).

XI COLÓQUIO QUAPA SEL – QUADRO DO PAISAGISMO NO BRASIL
SALVADOR – BAHIA - UFBA



Figura 08 - Imagem área do núcleo urbano tombado de Mariana onde é possível observar a implantação de seu traçado ortogonal e as três praças investigadas nessa etapa: 1) Praça Minas Gerais; 2) Praça Gomes Freire; 3) Praça da Sé. Fonte: www.facebook.com/misterdrones/photos. Editado pelos autores / Ano: 2016

Os imóveis próximos a estas três praças tem, em sua maioria, o uso misto padrão (área comercial no primeiro pavimento e área residencial no segundo pavimento e em alguns casos, o seu uso é apenas comercial. A Praça Minas Gerais (1) possui um valioso conjunto arquitetônico histórico, sendo composto pela Igreja São Francisco de Assis, Igreja Nossa Senhora do Carmo e Casa de Câmara e Cadeia, que hoje abriga a Câmara Municipal de Mariana. Por isso, ela é palco de manifestações religiosas, culturais e políticas (Figura 09).



Figura 09 - Imagem da Praça Minas Gerais e do acesso pela Rua Dom Silvério. Fonte: Arquivo pessoal dos autores / Ano: 2016

Na Praça Gomes Freire (Figuras 10 e 11), popularmente conhecida como Jardim, e que dentre as três possui o uso e função mais democrática, é estruturada por dois lagos artificiais, um



XI COLÓQUIO QUAPA SEL – QUADRO DO PAISAGISMO NO BRASIL
SALVADOR – BAHIA - UFBA



tanque de água em pedra sabão, um coreto, uma ponte, bancos, árvores, jardins, além de bares e restaurantes em seu entorno. É o lugar escolhido pelos usuários como um ponto de encontro em comum, uma espécie de centralidade no núcleo urbano histórico, não sendo apenas um espaço de passagem, mas acima de tudo um espaço de permanência, cumprindo assim sua função desde a época de implantação, no início do século XX.



Figura 10 - Imagem da Praça Gomes Freire, popularmente conhecida como “Jardim”. Fonte: arquivo pessoal dos autores / Ano: 2016



Figura 11 - Imagem da Praça Gomes Freire, popularmente conhecida como “Jardim” e a esquina formada pelas ruas Frei Durão, à direita e Travessa São Francisco, ao centro em perspectiva. Fonte: arquivo pessoal dos autores / Ano: 2016

Já na Praça da Sé, que dentre as três praças investigadas nesta etapa do estudo está assentada na cota de nível mais baixa, foi observada uma importante função de ser um espaço de passagem no núcleo urbano histórico para porção contemporânea da cidade, tanto de veículos, quanto de pedestres (Figura 12). Para o autor, a Praça da Sé pode ser considerada como um vazio urbano necessário para que haja um processo de transição na expansão urbana da cidade.



XI COLÓQUIO QUAPA SEL – QUADRO DO PAISAGISMO NO BRASIL
SALVADOR – BAHIA - UFBA



Figura 12 - Imagem da Praça da Sé e do acesso pela Rua Frei Durão. Ao centro e ao fundo, as torres da Igreja São Francisco de Assis, localizadas na Praça Minas Gerais. Fonte: Arquivo pessoal dos autores / Ano: 2016

Foi constatado também que a Praça Tancredo Neves (4) assume a função de amortecer, de certa forma, as exigências dos padrões impostos pelos órgãos de patrimônio histórico e indicar aos seus usuários que a porção contemporânea da cidade está próxima (figura 13).



Figura 13 - Imagem área de parte do núcleo urbano tombado de Mariana em primeiro plano, onde é possível localizar as duas praças investigadas nessa etapa: 3) Praça da Sé; 2) Praça Tancredo Neves. Fonte: www.facebook.com/misterdrones/photos. Editado pelos autores / Ano: 2016

Durante a pesquisa, foi observado que a maioria de seus usuários são moradores da cidade e a utilizam como um local de encontro comum e de permanência. Foi observado também que este espaço é palco de eventuais manifestações culturais e religiosas. (Figura 14).

XI COLÓQUIO QUAPA SEL – QUADRO DO PAISAGISMO NO BRASIL
SALVADOR – BAHIA - UFBA



Figura 14 - Imagem da Praça da Praça Tancredo Neves e do acesso pela Avenida Salvador Furtado. Ao centro e ao fundo, as torres da Igreja São Francisco de Assis, localizadas na Praça Minas Gerais. Fonte: Arquivo pessoal dos autores / Ano: 2016

Em contrapartida, foram verificadas praças com ausências de conexões com o meio em que estão inseridas e que não sofreram apropriação considerável pelo público: é o caso da recente Praça de Santana, que foi implantada no final dos anos 90 em um talude de declividade considerável. Apesar de esta premissa topográfica ser considerada em seu partido, foi verificado que seu espaço é pouco apropriado por seus usuários devido à distância em relação ao núcleo urbano histórico e também pela sua ausência de arborização e frágil manutenção de seus pontos de iluminação artificial (figura 15). Durante a visita técnica, foi possível constatar que a própria solução de seu projeto fez com que fossem criados espaços escondidos dentro da própria praça (Figuras 16 e 17), gerando assim pontos cegos em partes de sua área. Para o autor, é necessário observar que este recente espaço livre está localizado nas bordas do perímetro de tombamento imposto pelo IPHAN e próximo à Capela de Santana, sua principal função de amortecer de certa forma, as exigências dos padrões impostos pelos órgãos de patrimônio histórico e indicar aos seus usuários que a porção contemporânea da cidade está próxima, assemelhando-se assim à Praça Tancredo Neves.

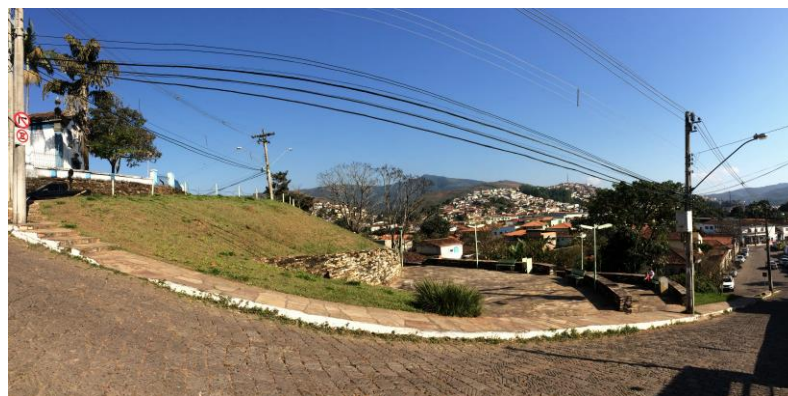


Figura 15 - Imagem da Praça de Santana. Fonte: Arquivo pessoal dos autores / Ano: 2016



XI COLÓQUIO QUAPA SEL – QUADRO DO PAISAGISMO NO BRASIL
SALVADOR – BAHIA - UFBA



Figuras 16 e 17 – Imagens dos pontos cegos da Praça de Santana. Fonte: Arquivo pessoal dos autores / Ano: 2016

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação dos sistemas de espaços livres é tema instigante, uma vez que a aquisição e a troca de informações sobre qualquer cidade possibilitam que aperfeiçoe de sua gestão ambiental. No caso de específico deste modelo de investigação em cidades históricas, os planos de manutenção e gestão da paisagem urbana histórica urbana devem ser alvo de estudos mais detalhados, bem como de seu contexto histórico. Em Mariana, foram encontrados desafios durante a sua investigação por se tratar do objeto de estudo se localizar em um território considerado como um sítio colonial, mas por possuir também aspectos urbanos e características contemporâneas. Portanto, fez-se necessário investigar o conceito de sua conformação urbana em um traçado previamente ortogonal onde foi desconsiderando a sua topografia e posteriormente investigar sua evolução, a partir de marcos temporais estabelecidos. Apesar de inicial, esta pesquisa se deparou com desafios em relação à desatualizada base cartográfica encontrada, bem como o acesso quase que restrito de arquivos públicos e apontou que em muitos casos, não há um agente que faz o papel de interlocução destes setores no que diz respeito às prioridades e estratégias de manutenção, preservação ou até mesmo de criação de novos espaços livres dentro do núcleo urbano histórico. Foram descobertas conexões entre alguns sistemas de espaços livres e identificadas ausências de inter-relações entre outros. Com isso, essa pesquisa pretende contribuir para haja uma leitura mais completa do núcleo urbano histórico do município, assim como na elaboração de critérios mais atentos no momento em que ocorra a tomada decisão em relação à proteção, requalificação ou até mesmo implantação de ações em seus espaços livres. Até o momento, estes foram os resultados desta pesquisa.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



XI COLÓQUIO QUAPA SEL – QUADRO DO PAISAGISMO NO BRASIL
SALVADOR – BAHIA - UFBA



BORSOI, Diogo Fonseca. *Entre a cidade real e a cidade ideal: agentes e representações de Mariana-MG (1711 - 1808)*. VI EHA – Encontro de História da Arte - p. 139 - 145 - 2010.

BOVO, Luís Satorelli. *Mariana, Berço de Varões Ilustres*. Coleção Evocando Fatos e Homens – Volume 2. São Paulo, 1976.

CARRARA, Angelo Alves. *Minas e Currais: produção rural e mercado interno em Minas Gerais, 1674-1807*. Editora UFJF, 2007.

IBGE. CIDADES: Mariana. Disponível em <cod.ibge.gov.br/9AQ>. Acesso em: 10 de Junho de 2016.

FONSECA, Cláudia Damasceno. *Mariana: gênese e transformação de uma paisagem cultural*. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Instituto de Geociências (IGC), Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995.

OLIVEIRA, Lucas Martins de; QUEIROGA, Eugênio Fernandes. *Os sistemas de espaços livres e as unidades de paisagem de Araguari-MG*.

PEREIRA COSTA, Staël de Alvarenga *et al.* *Os espaços livres na paisagem de Belo Horizonte*. Revista Paisagem e Ambiente: ensaios - nº 26 - São Paulo - p. 51 - 72 - 2009.

_____ ; GIMMLER NETTO, Maria Manoela. *Fundamentos de Morfologia Urbana*. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2015.

SALGADO, Marina. *Ouro Preto, paisagem em transformação*. Curitiba: Editora CRV, p. 15, 2013.

SILVA, Heitor de Andrade; SILVA, Karla Victoria Nunes da; LIMA, Ana Carla de Sousa. *Os sistemas de espaços livres na área central de Campina Grande-PB*. Artigo publicado no X Colóquio QUAPA-SEL. Brasília, 2015.

